

PREPARADO POR: NEGOCIAÇÕES DO OLP DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES  
TRADUZIDO E TRANSMITIDO POR: COMITÊ BRASILEIRO DE INTERESSE NACIONAL PALESTINO

## ABASTECENDO O FOGO: CORTANDO A ELETRICIDADE E COMBUSTÍVEL DE GAZA

SETEMBRO 2007

### REALIDADE DE FATO

*“ Penso haver outras medidas, além de passos militares “dramáticos” que possamos tomar. Gaza é dependente de Israel e da boa vontade de Israel em continuar permitindo se levar um certo tipo de vida.”*

- Tzipi Livni, Ministro Israelense de Relações Exteriores<sup>[i]</sup>

*O povo Palestino da Faixa de Gaza são sofrendores de uma crise humanitária nunca vista causada pela ocupação de Israel e severas sanções econômicas. Para adicionar a esta crise humanitária, o Governo de Israel decidiu em 19 de setembro de 2007, promover a punição da população civil Palestina da Faixa de Gaza por romper e/ou reduzir seu abastecimento já limitado de fornecimento de eletricidade e combustível, como uma “resposta” ao tiroteio de foguetes de Qassam.*

*Cortando eletricidade e outros serviços essenciais à população civil Palestina seriamente violaria leis humanitárias internacionais e puxa a tampa do limitado “apoio de vida” de eletricidade e combustível recebendo através da população civil. Reduzir ou cortar eletricidade e combustível deve também elevar a um rompimento fundamental dos compromissos Israelenses bilaterais e contratuais.*

### I. A realidade da eletricidade de Gaza e necessidade de combustível

A Faixa de Gaza é abastecida com eletricidade de três fontes principais:

1. A Corporação de Eletricidade Israelense fornece 120 megawatts (MW) para áreas norte e centrais da Faixa de Gaza;
2. A Usina Elétrica de Gaza ("GPP") fornece 60 MW à área sul da Faixa de Gaza; e
3. Egito fornece 17 MW à área de Rafah.

Atualmente há escassez de pelo menos 40 MW, uma falta que origina-se do bombardeio Israelense na Usina Elétrica de Gaza em Junho de 2006.

A Autoridade de Energia Palestina está administrando a atual escassez, implementando um abastecimento alternado de energia elétrica para diferentes partes da Faixa de Gaza.

Caso Israel execute sua decisão em romper eletricidade e combustível a Gaza, o resultado será uma catástrofe humanitária. Sessenta (60) por cento do abastecimento elétrico da Faixa de Gaza é fornecido por Israel, e a eletricidade gerada na Usina Elétrica de Gaza conta com combustível fornecido por companhias Israelenses.

Tristemente, Gazans já estão familiarizados com tais efeitos devastadores: após o último verão bombardeando a Usina Elétrica de Gaza, a Faixa de Gaza ficou na escuridão, com hospitais incapazes de tratar pacientes, bombeamento de água incapaz de fornecer água potável, e falta de refrigeração suficiente para conservar alimentos.

## **II. Rompimento Internacional, Bilateral e Contratual de compromissos de Israel**

A decisão do gabinete de Israel em romper e/ou reduzir eletricidade e combustível à Faixa de Gaza não é somente um ato de má fé, mas é parte de uma tendência constante que só pode ser descrita **como um flagrante do rompimento internacional, bilateral e compromissos contratuais por Israel.**

### **A. Rompimento da Lei Humanitária Internacional**

Apesar de declaração unilateral de Israel da Faixa de Gaza como um "território hostil", Israel continua a ocupar a Faixa de Gaza, assim como a Cisjordânia. Enquanto Israel acabou sua colonização na Faixa de Gaza há dois anos com a evacuação de 8.500 colonizadores ilegais (em que é conhecido como o "desenlace de Gaza"), Israel continua a assumir a responsabilidade de tomar o poder sob Lei Internacional Humanitária ("LIH").

Palestinos vivendo na Faixa de Gaza, como na Cisjordânia, continuam a estarem sujeitos ao controle Israelense. Por exemplo, Israel controla o espaço aéreo de Gaza, espaço marítimo e toda fronteira, enquanto Palestinos em Gaza requisitam consentimento Israelense para ir e vir em Gaza, tomar suas mercadorias para Palestinos e mercados estrangeiros, adquirir comida e remédio, e ter acesso a água e eletricidade. Sem a permissão de Israel, a Autoridade Palestina (AP) não pode exercer funções básicas de governo como prover serviços de utilidade social, saúde e segurança, desenvolvendo a economia Palestina e atribuindo recursos.

Entre as obrigações mais fundamentais de Israel como a tomada de energia é fornecer o bem-estar da população civil Palestina.<sup>ii[i]</sup> Se forem suspender ou reduzir o abastecimento de eletricidade, combustível ou qualquer outro serviço, Israel estaria quebrando sua obrigação.

Além da obrigação de Israel em fornecer eletricidade e combustível, o princípio fundamental da LIH, assim como das leis domésticas de nações civilizadas, é que punição coletiva contra uma população civil é proibida.<sup>iii[iii]</sup> De fato, o *very raison d'être* da LIH é proteger a população civil dos efeitos do conflito armado e ocupação e de abusos por um estado/ocupante inimigo. Corte ou redução elétrica, combustível ou outros serviços essenciais de Gaza, se para punir a população civil Palestina para os atos de alguns ou intimidar civis Palestinos na esperança que eles externarão a pressão em militantes Palestinos para cessar sua resistência contra ocupação do Israel, violando este princípio da LIH..<sup>iv[iv]</sup>

### **B. O rompimento de Compromissos Bilaterais**

Em outubro de 2003, a Autoridade Energética Palestina ("AEP") e a Corporação de Eletricidade de Israel ("CEI") assinaram um acordo em que o primeiro artigo estabelece o seguinte compromisso: "O fornecimento de eletricidade e a manutenção e fluxo de

abastecimento continuarão a ser fora do conflito Israelense-Palestino”. Este compromisso foi reafirmado em mais de uma ocasião,<sup>v[1]</sup> com o mais recente compromisso sendo feito pelo Ministro de Infra-estrutura Nacional de Israel, Binyamin Ben-Eliezer, em um comunicado a imprensa com o Presidente Omar Kittaneh da AEP. O Ministro reafirmou compromisso de longa data de Israel a manter o problema da eletricidade imune do conflito Israelense-Palestino por “trabalhando juntos em questões elétricas num meio cooperativo fora do conflito”.

### **C. Rompimento de Compromissos Contratuais**

O fornecimento de serviços à Faixa de Gaza é executada por contratos comerciais entre Palestinos e companhias Israelenses.

Combustível é vendido por companhias Israelenses aos Palestinos em índices de mercado através de acordos comerciais negociados com sérias conseqüências financeiras para o rompimento do fornecimento por companhias Israelenses. Por exemplo, uma obrigação contratual da Dor Energy Ltda de Israel exige a companhia fornecer abastecimento de produtos de combustível à Faixa de Gaza ou pagar milhões de dólares em penalidades por seu fracasso.

Os Palestinos pagam acima dos índices de mercado para eletricidade do IEC, o qual tem um monopólio na entrega de eletricidade em Israel. Além de pagar acima dos índices de mercado para o fornecimento de eletricidade a Gaza, o IEC é compensado por um esquema seguro de pagamento que garante a transferência de dinheiro por deduções automáticas de impostos Palestinos que o Ministério Israelense de Finanças cobra (que é além dos impostos que o Ministério cobra dos palestinos no preço de combustível e eletricidade).

<sup>iv</sup> Israeli Ministry of Foreign Affairs website: <http://www.mfa.gov.il/MFA>.

<sup>iii</sup> Under Article 43 of the *Hague Regulations*, Israel is obligated to “take all the measures in [its] power” to ensure public order and civil life of the Palestinian civilian population. (*Hague Regulations, 1907 Hague Convention IV Respecting the Laws and Customs of War on Land*, 18 October 1907, U.K.T.S. 9 (1910)). Similarly, the authoritative commentary on the *Fourth Geneva Convention* provides that “[t]he rule that the Occupying Power is responsible for the provision of supplies for the population places that Power under a definite obligation to maintain at a reasonable level the material conditions under which the population of the occupied territory lives.” (Jean S. Pictet, ed., *Commentary on IV Geneva Convention Relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War* (Geneva: ICRC, 1958) at 309). The authoritative commentary on *Additional Protocol I* also definitively states that there is “a positive, complete requirement on the Occupying Power to use all means available to provide the supplies.” (*Commentary on 1977 Geneva Protocol I Additional to the Geneva Conventions of 12 August 1949, and Relating to the Protection of Victims of International Armed Conflicts*, para. 2783, online: ICRC <http://www.icrc.org/ihl.nsf/COM/470-750088?OpenDocument>).

<sup>iiii</sup> *Hague Regulations*, *supra* note 1, Art. 50; and *Geneva Convention Relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War of August 12, 1949*, 12 August 1949, 75 U.N.T.S. (1950) 287, Art. 33 [*Fourth Geneva Convention*].

<sup>iv</sup><sup>[iv]</sup> Regrettably, this is not the first time that Israel has contemplated such illegal means of warfare. When an Israeli soldier was first captured by Palestinian militants in June 2006, Israeli Prime Minister Ehud Olmert himself confirmed the intent of similar plans to cut off the electricity by announcing that “[o]ur aim is not to mete out punishment but rather to apply pressure so that the abducted soldier will be freed. We want to create a new equation - freeing the abducted soldier in return for lessening the pressure on the Palestinians.” ([Amos Harel](#), Avi Issacharoff, [Aluf Benn](#) & Gideon Alon, “IDF launches first Gaza operation since 2005 withdrawal Olmert: Won't balk at 'extreme action' to rescue soldier” in *Ha'aretz* (28 June 2006).) In fact, the Israeli government has contemplated cutting off Gaza's electricity in order to pressure the civilian population since at least December 2005 (Jonathan Lis, Nir Hasson & Ze'ev Schiff, “Palestinian sources: Hamas man killed by IDF in Jenin raid” in *Ha'aretz* (21 December 2005), online: From Occupied Palestine <http://fromoccupiedpalestine.org/node.php?id=1593>).

<sup>v</sup><sup>[v]</sup> The “Joint Understanding on the Principles of the Electricity Agreement” was signed under the auspice of the European Commission by the IEC and the PEA. The same commitment was made between the PEA and Israel's Ministry of National Infrastructures on 30 October 2003 in the “Agreement on General Principles for Israeli-Palestinian Cooperation in the Sphere of Electricity”.